

Quarta-feira

Teresina, 22 de junho de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98889-9588

• ANO XXIX Número 10.798

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

■ CONTROLE EXTERNO

Órgãos executarão ações conjuntas para coibir desvios de recursos nas eleições

O procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí (MPC-PI), Plínio Valente, esteve reunido ontem com o procurador-geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, para tratar sobre termo de cooperação técnica entre os dois órgãos. Foram definidos os pontos que serão avaliados para uma atuação concomitante nas ações de controle externo e fiscalização das administrações públicas.

Para Plínio Valente, a expectativa é que sejam desenvolvidas ações conjuntas visando ao combate aos desvios de recursos. Um dos focos é a campanha eleitoral deste ano. "Nós queremos melhorar o fluxo de informação com a Procuradoria Geral de Justiça, para que haja a institucionalização de um corpo técnico para avaliar processos de ações irregulares de municípios e repasse esses relatórios ao Ministério Público Estadual. A ideia é que juntos consigamos desenvolver ações conjuntas de combate à improbidade administrativa e outras irregularidades, espe-



PLÍNIO Valente, Cleandro Moura e Everângela Barros: ações conjuntas

cialmente na campanha eleitoral", explicou Plínio.

O procurador-geral de Justiça, Cleandro Moura, alertou que é necessário o aprofundamento de mecanismos de combate à improbidade nos próximos meses, por conta das eleições 2016. "Nós estamos com uma bandeira contra a improbidade muito forte, e uma ação conjunta com o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas será muito oportuna no momen-

to em que nos preparamos para o pleito eleitoral, pois assim afastaríamos os fichas-sujas do pleito", disse. A coordenadora do Centro de Apoio de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, procuradora Everângela Barros, participou da reunião e destacou a importância da atuação nas questões previdenciárias municipais. Ela alertou para o risco de desvio de recursos para serem aplicados em campanhas.

A Associação Piauiense de Solidariedade ao colega Procurador-geral de Justiça do Estado do Piauí, que leva ao conhecimento pessoal da PGE, necessário o interesse público e atuar

A realidade é que a sobrecarga de trabalho e em audiência com o Senhor (situação porque passa um dia que, além de colocar em risco como visto nesse episódio, o que é inadmissível.

to...

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

COSIP, que diabo é isso?

Você já ouviu falar em COSIP? Sabe o que é?

Trata-se da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. É uma taxa que as concessionárias de energia elétrica devem recolher aos cofres municipais. A revelação da existência desse tributo, que faz o caminho inverso na relação entre essas instituições, partiu do Conselheiro do TCE, Kleber Eulálio.

Conhecimento de causa

Ex-prefeito de Picos, Eulálio revelou em sessão do colegiado que a Eletrobras é pontual na cobrança dos seus débitos junto às prefeituras. Mas esquece de cumprir com sua parte. Agora, o TCE, por propositura do Conselheiro, quer saber da Eletrobras se ela está honrando esse pagamento.



TEMPO
Manhã: 24°C
Tarde: 27°C
Noite: 20°C

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

JORNAL meionorte

ANO XXI - Nº 8734 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2016



Jurandy Porto recebe título de cidadão piauiense - Política 4

4 JORNAL MEIO NORTE - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 22 de junho de 2016

COLUNA

Opinião

DA REDAÇÃO

CONTAS E ELEIÇÃO

O procurador-geral do Ministério Público de Contas do Piauí (MPC), Plínio Valente, reuniu-se ontem com o procurador-geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, para tratar sobre a possibilidade de firmar um termo de cooperação técnica entre os dois órgãos. A ideia é melhorar o fluxo de informação com a Procuradoria Geral de Justiça, para que haja a institucionalização de um corpo técnico para avaliar processos de ações irregulares de municípios e repasse esses relatórios ao Ministério Público Estadual. O termo de cooperação técnica será voltado para ações contra a improbidade, questões de fundo de previdência municipal, além de intensificar e melhorar a troca de informações processuais. O procurador-geral de Contas explicou que a comissão técnica elegerá um desses focos trimestralmente para ser abordado e trabalhado pelos dois ministérios. O procurador-geral de Justiça, Cleandro Moura, defendeu que é necessário o aprofundamento de mecanismos de combate à improbidade nos próximos meses, por conta das eleições 2016. A articulação fortalece as ações contra a improbidade administrativa buscando afastar os políticos "fichas-sujas" do pleito que se aproxima no Piauí.

PREVIDÊNCIA

O Ministério Público de Contas e a Procuradoria Geral de Justiça vão unir forças para investigar as previdências municipais no Piauí. "O fundo de Previdência é frágil e é necessário um alerta nesse quesito, pois existem 63 fundos de previdências que precisam ser fiscalizados e analisados", apontou a coordenadora do Centro de Apoio de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, procuradora E-verângela Barros.

INSPEÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado está realizando fiscalização concomitante em todos os municípios piauienses, para verificar in loco a aplicação dos recursos do orçamento de 2016. Mais de 80 municípios já foram visitados pelos auditores de controle externo. Eles verificam contratos, licitações, pagamentos e se os serviços ou produtos adquiridos estão funcionando e sendo entregues corretamente.



TEMPO
Nascer do Sol: 05h30
Pôr do Sol: 17h45
Madrugada: 05h
Mês: 10°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

JORNAL meionorte

ANO XXI - Nº 8794 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2016



RICARDO

Jurandy Porto recebe título de cidadão piauiense - Política 4

Prefeituras

Eletrobras deve informar dívidas ao TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou em plenário proposta para que a Eletrobras Distribuição Piauí encaminhe ao órgão os valores devidos pela companhia às prefeituras municipais, referentes à Cosip (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública). A proposta foi levantada pelo conselheiro Kléber Eulálio e aprovada por unanimidade pelo Pleno do TCE-PI.

Ele argumentou que a Eletrobras Piauí encaminha ao TCE-PI relatórios de dívidas das prefeituras para com a distribuidora, para que os dados entrem na análise das prestações de contas dos municípios. Por conta das dívidas com a Eletrobras, as prefeituras podem até ter suas contas julgadas irregulares. Kléber Eulálio lembrou, porém, que a Eletrobras também tem dívidas com as prefeituras porque muitas vezes não repassa aos municípios os valores correspondentes à Cosip.

A Cosip é uma contribuição instituída pelas prefeituras e aprovada pelas câmaras

municipais. É cobrada na conta de energia elétrica para que as prefeituras possam investir na ampliação de iluminação pública, manutenção e pagamento do consumo. A arrecadação é feita pela Eletrobras, que deve repassar os valores correspondentes aos municípios. Muitas vezes, po-

rém, essa transferência não é feita e a dívida fica acumulada na distribuidora.

"Se a prefeitura deve R\$ 20 mil de energia elétrica à Eletrobras, mas tem R\$ 60 mil para receber da mesma Eletrobras, referentes à Cosip, é importante que tenhamos ciência desses dados para que

possamos fazer uma análise mais justa no julgamento das prestações dessa prefeitura", argumentou Kléber Eulálio. Os demais conselheiros do TCE-PI concordaram e aprovaram a proposta para que a Eletrobras encaminhe os valores das dívidas da companhia com as prefeituras.



BILGOU

TCE realiza fiscalização para evitar falhas administrativas

Ideia é corrigir eventuais falhas no momento em que elas acontecem, evitando práticas ilegais e desvios

João Magalhães
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) está realizando uma série de fiscalizações nas prefeituras piauienses, com o objetivo de verificar a aplica-

ção de recursos do orçamento de 2016. A fiscalização in loco faz parte da atuação da Divisão de Fiscalização da Administração Municipal (Dfam), que já visitou mais de 80 municípios.

As equipes de fiscalização são lideradas pelos auditores de controle externo, que verificam contratos, processos licitatórios, pagamentos e se os serviços ou produtos adquiridos estão funcionando e sendo entregues corretamente.

O diretor da Dfam, Vilmar Barros, explica que o objetivo da fiscalização é corrigir eventuais ações administrativas no momento em que elas se desenvolvem, evitando práticas ilegais e desvios.

“Pretende-se, por consequência, contribuir para a melhoria da gestão municipal, com vistas a assegurar que os recursos sejam utilizados com eficiência e probidade, de forma a atender às necessidades da população”, diz ele.

A fiscalização concomitante foi aprovada em novembro do ano passado pelo Pleno do TCE-PI e começou a ser executada em abril deste ano. Os primeiros relatórios saíram nos últimos dias. E os resultados já começaram a aparecer - três licitações foram suspensas nos últimos 15 dias, em decisões monocráticas dos conselheiros do TCE devido a processos abertos em de-

corrência de irregularidades detectadas pelos auditores da concomitância. Um terceiro processo está em tramitação no TCE-PI.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Santos Nunes, diz que a principal vantagem da fiscalização concomitante é que ela ocorre no momento em que os recursos estão sendo aplicados. Assim, eventuais indícios de irregularidades podem ser detectados e os desvios evitados antes que ocorram. Segundo ele, a iniciativa atende à ideia do TCE-PI de promover a ação preventiva como forma de evitar irregularidades e valorizar a boa gestão.



Política

ODIA

Editora

Roda Viva

Dix'equipe - jornal@portalodia.com.br

Ministério Público de Contas e MPE vão desenvolver ações conjuntas nas eleições

O procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí (MPC), Plínio Valente, esteve reunido na manhã de ontem (21), com o procurador-geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, para tratar sobre a possibilidade de firmar um termo de cooperação técnica entre os dois órgãos. Na reunião foram definidos os pontos que serão avaliados para uma atuação concomitante nas ações de controle externo e fiscalização das administrações públicas. A ideia é combater ações de improbidade administrativa e principalmente, impedir utilização de recursos públicos para promover campanhas eleitorais. O termo de cooperação técnica será voltado para ações contra a improbidade, questões de fundo de previdência municipal, além de intensificar e melhorar a troca de informações processuais.

21/06/2016 20h26 - Atualizado em 21/06/2016 20h26

21/06/2016 20h26 - Atualizado em 21/06/2016 20h26

Governo do PI anuncia cortes após atingir limite estabelecido por lei

Piauí ultrapassou o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Secretaria de Administração diz que cortes permanecem até normalização.

21/06/2016 20h26 - Atualizado em 21/06/2016 20h26

O governo do Piauí anunciou uma série de cortes para reduzir as despesas depois que **o estado ultrapassou o limite prudencial (46,17%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Além do corte de gratificações, novas contratações, reajustes salariais, o pagamento de diárias e horas-extras estão suspensos. A Secretaria de Administração diz que a medida permanecerá até que a situação se normalize.

Cerca de 250 servidores da Secretaria Estadual de Assistência Social (Sasc) vão ter gratificações cortadas em seus contracheques. O problema é que alguns serviços podem entrar em colapso. "Isso pode acontecer no Centro Educacional Masculino, Lar da Criança, na Vilã do Ancião e em outras casas que funcionam durante 24 horas. Os funcionários não tem condições de atender as demandas destas casas sem receber estas gratificações", comentou Francisco Pires, presidente do Sindicato dos Servidores da Sasc.

O que mais preocupou o poder executivo estadual foram os gastos dos primeiros meses deste ano. As despesas com folha de pessoal chegou a 47%. "A despesa com pessoal não pode crescer mais do que a receita. E do ponto da receita temos que ter medidas criativas para incrementar a nossa arrecadação própria, como a nota piauiense, a lei de regularização fundiária", justificou Rafael Fonteles, secretario estadual de Fazenda.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um mecanismo que limita o que deve ser gasto com folha de pessoal. No Piauí, segundo o portal do governo na internet existem 98.418 mil servidores entre ativos e inativos.

Para os deputados estaduais de oposição, o número de servidores explica o caos nas contas do estado. "Para resolver isso, o estado deve primeiro retirar da folha os servidores fantasmas, depois ele deve parar de distribuir cotas para políticos, pois há muitos que indicam pessoas que

fazem nomeação terceirizados", afirmou o deputado Robert Rios.

O poder judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa também estão com sinal de alerta em relação aos seus gastos.

<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/06/governo-do-pi-anuncia-cortes-apos-atingir-limite-estabelecido-por-lei.html>

21/06/2016 13h19 - Atualizado em 21/06/2016 13h19

1/06/2016 13h19 - Atualizado em 21/06/2016 13h19

Processo sobre nomeação de Lilian retorna ao TJ-PI; OAB irá recorrer

Ex-primeira dama foi nomeada como conselheira do Tribunal de Contas. Assessoria jurídica da OAB-PI diz que processo deve ficar com o STJ.

Beto MarquesDo G1 PI

A Justiça Comum do Estado do Piauí volta a ser responsável pelo processo que sustava a nomeação de Lilian Martins para o cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). A decisão foi dada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) na segunda-feira (20). A Ordem dos Advogados Seccional Piauí (OAB-PI) promete recorrer da determinação.

A decisão teve como relator o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, da sexta turma do TRF1. Foi decidido ainda que a OAB/PI é legítima para ser parte no processo. Diante disso, a assessoria jurídica da OAB-PI afirmou que o processo deve ser retomado à Justiça Federal. “Nós vamos recorrer para Pleno. É uma decisão que teve por base julgado cujo entendimento foi superado nas Turmas do STJ. Na própria sessão foi reconhecido isso. Vamos aguardar a publicação do acórdão e cobrar que o processo retorne à Justiça Federal”, assegurou a coordenadora da assessoria jurídica da OAB-PI, Mayara Vieira.

A ação civil pública foi ajuizada em 2012 pela Ordem dos Advogados Seccional Piauí. À época, Lilian Martins era primeira dama do estado, casada até hoje com o ex-governador Wilson Martins. O entendimento da OAB-PI é de que ela no cargo, poderia julgar as contas do próprio marido.

Nomeação fere Constituição, afirmou promotor

No mesmo ano, o Tribunal de Justiça do Piauí concedeu liminar que autorizava a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Piauí a escolher o novo conselheiro do TCE-PI e a nomeação de Lilian Martins.



Promotor Fernando Santos também impetrou reclamação (Foto: Gustavo Almeida/G1)

O promotor da Promotoria dos Feitos da Fazenda Pública de Teresina, Fernando Santos, impetrou uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF), logo após a posse, afirmando que a nomeação da então primeira-dama pela Assembleia feria a Constituição Federal. Logo após a posse de Lilian Martins, a Justiça Federal no Piauí, por meio da 5ª Vara Federal, suspendeu os efeitos do ato de nomeação ao cargo de Conselheira do TCE-PI. A decisão dizia que *“em razão da relevância das atribuições do cargo na medida em que o seu exercício pode vir a ocasionar prejuízo no controle das contas públicas o que, ainda em análise preliminar, deve ser evitado em face da supremacia do interesse público”*

Em 2014, a primeira turma do STF acolheu reclamação do Ministério Público do Piauí (MPE-PI) e decidiu por sustar a nomeação da conselheira.

Na decisão publicada pelo STF no dia 23 de junho, o ministro Luiz Fux, relator do processo, diz que a decisão do Tribunal de Justiça do Piauí se baseou em dispositivo da Constituição Estadual que viola preceitos da Constituição Federal e dessa forma configura-se ofensa à decisão da corte.

<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/06/processo-sobre-nomeacao-de-lilian-retorna-ao-tj-pi-oab-ira-recorrer.html>



Um informante em potencial - 21/06/2016 às 14h57

Roncalli a uma instância da cadeia. Ele sabe muito, mas muito mesmo

O ex-deputado estadual Roncalli Paulo, que possuía familiares no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, incluindo um irmão, então conselheiro Sabino Paulo, está a uma instância de ir para a cadeia.

E isso pode vir a ocorrer se a sua condenação na 1ª instância da Justiça Federal, de 4 anos e 6 meses, for confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com a decisão do STF de que condenados em 2ª instância já podem ir para o xilindró, a situação do ex-parlamentar é delicada.

Roncalli é acusado de falsidade ideológica e peculato.

TESTEMUNHA DE FATOS ESTARRECEDORES

Como o STF está prestes a julgar recurso que pede a reforma da decisão de enquadrar condenados em 2ª instância, Roncalli Paulo pode vir até uns dias a mais de alívio.

Roncalli sabe muita falcatrua. Daria um bom livro.

Blogueiro: Por Rômulo Rocha

<http://180graus.com/bastidores/roncalli-a-uma-instancia-da-cadeia-ele-sabe-muito-mas-muito-mesmo>

NOTÍCIAS MUNICÍPIOS BLOGS POLÍTICA ENTRETENIMENTO CONCURSOS FOTOS VÍDEOS


Control-X
22 de Junho de 2016


BrJus
Daniel Silva

Fotos Vídeos

Procurando Algo?

Pisui 180graus Política Justiça Servidores
(85) 9990-4400 daniel@silva.com @daniel@silva Daniel Silva

RSS Regras do Blog

INFORME ESPECIAL
Dr. Heitor Eugênio
realiza café
especial e reúne
entregadores
publicistas

JULIO ARCOVERDE
Projeto de Lei
denomina nome de
Barragem
Deputado Ciro
Nogueira

Impresso destaca os TCE's - 21/06/2016 às 15h21

Impresso destaca os TCE's - 21/06/2016 às 15h21

Presidente da FENASTC lança no TCE-PI revista sobre combate à corrupção

O presidente da FENASTC, Amauri Perusso, estará em Teresina nesta quarta-feira, 22, para o lançamento da Revista “Controle Externo Brasileiro em Revista” que acontecerá a partir das 9h da manhã na Escola de Contas no TCE-PI.

O principal tema abordado será a Independência da Função de Auditoria como ferramenta para fazer um ajuste necessário, com segregação de funções, garantindo o devido processo legal de contas.

A revista se propõe, ainda, a debater como tornar os Tribunais de Contas em instrumento efetivo no combate à corrupção que assola o setor público do País, ressaltando a transparência como um dos princípios fundamentais a serem adotados, bem como a publicação dos relatórios de auditoria, antecedendo o julgamento.

Fonte: Com informações da Assessoria

<http://180graus.com/brjus/presidente-da-fenastc-lanca-no-tcepi-revista-sobre-combate-a-corrupcao>

TCE realiza fiscalização concomitante em municípios e suspende licitações

Objetivo da fiscalização concomitante é corrigir eventuais ações administrativas no momento em que elas se desenvolvem, evitando práticas ilegais e desvios.

21/06/2016 15:37h - Atualizado em 21/06/2016 16:03h

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) anunciou nesta terça-feira (21) que está realizando fiscalização concomitante em todos os municípios piauienses, com o intuito de verificar *in loco* a aplicação dos recursos do orçamento de 2016.



Segundo a Divisão de Fiscalização da Administração Municipal (Dfam) do tribunal, mais de 80 municípios já foram visitados pelos auditores de controle externo. Eles verificam contratos, licitações, pagamentos e se os serviços ou produtos adquiridos estão funcionando e sendo entregues corretamente.

O diretor da Dfam, Vilmar Barros, explica que o objetivo da fiscalização concomitante é corrigir eventuais ações administrativas no momento em que elas se desenvolvem, evitando práticas ilegais e desvios. “Pretende-se, por consequência, contribuir para a melhoria da gestão municipal, com vistas a assegurar que os recursos sejam utilizados com eficiência e probidade, de forma a atender às necessidades da população”, diz ele.

A fiscalização concomitante foi aprovada em novembro do ano passado pelo Pleno do TCE-PI, e começou a ser executada em abril deste ano. Segundo a Corte de contas, os primeiros relatórios saíram recentemente, e os resultados já começaram a aparecer.

Três licitações foram suspensas nos últimos 15 dias, em decisões monocráticas dos conselheiros, após a abertura de processos em decorrência de irregularidades detectadas pelos auditores da concomitância. E um terceiro processo está em tramitação no tribunal.

O presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Santos Nunes, diz que a principal vantagem da fiscalização concomitante é que ela ocorre no momento em que os recursos estão sendo aplicados. Assim, eventuais indícios de irregularidades podem ser detectados e os desvios evitados antes que ocorram. Segundo ele, a iniciativa atende à ideia do TCE-PI de promover a ação preventiva como forma de evitar irregularidades e valorizar a boa gestão.



O conselheiro Luciano Santos Nunes (Foto: Assis Fernandes / O DIA)

Fonte: TCE-PI

Edição: Cícero Portela

<http://www.portalodia.com/noticias/politica/tce-realiza-fiscalizacao-concomitante-em-municipios-e-suspende-licitacoes-273828.html>